

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Data: 19/06/2022

Diário do Pará

A2 PARA COMEÇAR

24h de notícias • www.dol.com.br

Diário do Pará

DOMINGO, Belém-PA, 19/06/2022

PENTE-FINO

Igeprev elimina R\$ 500 milhões em fraudes

Esse valor, atualizado, teria sido descoberto com mecanismos adotados para detectar e conter fraudes em aposentadorias e pensões

BENEFÍCIOS

Ana Célia Pinheiro

Os indícios de irregularidades descobertos no pente-fino realizado pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev), em suas aposentadorias e pensões, superaram R\$ 282 milhões em valores da época, e podem chegar a cerca de meio bilhão de reais, em valores atualizados. A informação é do presidente do Igeprev, Giussepp Mendes. O pente-fino, que começou em junho do ano passado, foi concluído no começo deste mês. Foi o primeiro trabalho do tipo, em toda a história do sistema previdenciário paraense. Além de detectar essa montanha de prejuízos, que sangravam, há décadas, os cofres públicos, o Igeprev também adotou mecanismos para dificultar novas fraudes e pagamentos indevidos, que



Giussepp Mendes ressalta a importância da recuperação dos recursos para toda a sociedade FOTO: MARCO SANTOS / AGÊNCIA PARÁ

do processos administrativos e protocolando ações judiciais, para tentar recuperar o dinheiro pago indevidamente. Também encaminhou denúncias ao Ministério Público e à Diretoria de Combate à Corrupção (DECOR), da Polícia Civil, para que seja investigada até a possibilidade de organizações criminosas, por trás de algumas dessas supostas fraudes.

O presidente do Igeprev, Giussepp Mendes, enfatiza os benefícios do saneamento do instituto para toda a população paraense, que era quem acabava pagando por tais prejuízos, já que o Governo era obrigado a direcionar ao instituto recursos que poderiam ser aplicados em outras áreas, como a Saúde e Educação. Segundo ele, o trabalho também beneficia os milhares de segurados: a auditoria detectou quase R\$ 22 milhões em benefícios pagos a menor e descontos realizados a

incluíam até mesmo 1.100 “fantasmas”, segurados cujos benefícios continuavam a ser pagos, apesar de já terem morrido.

O maior volume de supostos pagamentos indevidos, quase R\$ 78,7 milhões, foi constatado nos reajustes de 1.928 pensões por morte, pagos aos dependentes de servidores públicos estaduais que faleceram. Eles eram turbinados com índices de atualização acima do previsto em lei, fazendo com que alguns alcançassem até 40% a mais. Os 1.928 benefícios com irregularidades representam 15,55% das 12.393 pensões por morte analisadas. O segundo maior volume de irregularidades, quase R\$ 58,8 milhões, foi constatado no pagamento de verbas incorporadas a pensões e aposentadorias. As mais frequentes foram o adicional por tempo de serviço e as gratificações Progressiva e Por Função de Direção.

Já os 1.100 “fantasmas” custaram mais de R\$ 37 milhões aos cofres públicos, apenas no período analisado. Cerca de 80% deles eram servidores civis.

Dez deles, os campeões do ranking, dizem fontes do Igeprev, receberam quase R\$ 6,8 milhões em pagamentos indevidos. Em primeiro lugar, com R\$ 1,610 milhão, está a viúva de um oficial da Polícia Militar. Ela morreu em abril de 2015, mas a sua pensão só foi suspensa em janeiro de 2018, na época em que o Ministério Público de Contas (MPC) já investigava o caso. As possíveis irregularidades descobertas também incluem quase R\$ 13 milhões em contribuições previdenciárias pagas a menor; R\$ 43,8 milhões decorrentes de inclusões e evoluções indevidas de verbas; mais de R\$ 18,5 milhões em incorporações irregulares de verbas indenizatórias/transitórias em 362 processos, quase 90% deles de militares.

Também foram identificados R\$ 10,7 milhões em irregularidades em vencimentos-base, proventos e soldos de segurados; e quase R\$ 21,7 milhões em 311 benefícios pagos a mais, devido à não aplicação ou

à aplicação a menor do reductor constitucional, o mecanismo de corte dos salários e benefícios do Poder Público que ultrapassem o máximo previsto pela Constituição. Segundo descobriu o Igeprev, um oficial da PM chegou a receber quase R\$ 858 mil em pagamentos indevidos, entre maio de 2016 e março de 2018. Outro oficial recebeu mais de R\$ 658 mil, entre maio de 2016 e janeiro de 2018. Mas o maior volume de pagamentos irregulares, mais de R\$ 1 milhão, beneficiou um ex-secretário de Educação aposentado. Todos os pagamentos acima do limite legal foram cancelados.

Junto com o pente-fino, o Igeprev também realizou o Censo Previdenciário e a montagem de um banco de dados, de atualização permanente. A ideia é dificultar ao máximo a ocorrência de novas fraudes, e detectar rapidamente aquelas que porventura escapem aos novos mecanismos de controle. Além disso, o instituto vem realizando

maior. É o caso, por exemplo, dos R\$ 2,6 milhões em verbas incorporadas (gratificações) que vinham sendo pagas a menos; e dos quase R\$ 7,3 milhões em pensões por morte inferiores ao devido. “Todo esse conjunto de medidas ajudou, também, a melhorar a gestão e o Planejamento do Igeprev. Hoje, temos mecanismos eficazes de fiscalização. E eles servem não apenas para evitar pagamentos indevidos. Servem, também, para agilizar e garantir os direitos dos segurados”, explica.

EM NÚMEROS

AUDITORIA

- A auditoria abrangeu apenas o período entre maio de 2016 e abril de 2022 e mobilizou mais de 40 técnicos e consultores jurídicos. Foram analisados um por um dos 52.939 processos de benefícios pagos pelo Igeprev, em um trabalho que incluiu até mesmo o recálculo de aposentadorias e pensões.

Caos em informações possibilitavam prejuízos públicos

O Igeprev e o Ipasep, que o antecedeu, sempre foram grandes caixas-pretas, marcadas por suspeitas de toda sorte de irregularidades. A decisão de enfrentar o problema e colocar um basta à sangria dos recursos públicos só veio em 2019, com a posse do novo governo. Antes disso, os prejuízos atingiam níveis impressionantes, mas nada era feito, nem mesmo um Censo Previdenciário, que, sozinho, já poria fim a muitos pagamentos indevidos, como é o caso do dinheiro recebido por outras pessoas, em nome de segurados já falecidos.

O resultado dessa inércia foi uma montanha de R\$ 252 milhões em prejuízos, entre 2010 e 2018, cujos indícios foram

descobertos por uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), a partir de uma Representação protocolada, em fevereiro de 2018, pelo procurador de Contas, Guilherme da Costa Sperry.

Ele analisava as pensões deixadas para a viúva e o filho de um servidor público, um caso aparentemente corriqueiro no seu trabalho, quando percebeu que a pensão do rapaz continuou sendo paga mesmo depois que ele atingiu a maioridade. E que a mãe do rapaz morreu em 2007, mas a pensão dela continuou sendo paga até 2012. Na época, o Igeprev possuía 10 mil beneficiários de pensões por morte, que somavam R\$ 34,6 milhões.

As explicações do instituto aumentaram as desconfiças do procurador sobre a existência de casos semelhantes: o Igeprev informou que o sistema de gerenciamento dos benefícios não suportava a carga automática do sistema de óbitos; que alguns cartórios não atualizavam as informações; e que, entre abril de 2009 e dezembro de 2014, realizara manualmente o controle de centenas ou milhares de falecimentos.

Ao continuar as investigações, Sperry descobriu que esse caos possibilitava muitas outras irregularidades, como pensões acima do limite constitucional. Em fevereiro de 2018, ele protocolou uma Representação

pedindo uma inspeção extraordinária no Igeprev, pelo TCE-PA. Os técnicos do tribunal descobriram um provável prejuízo de R\$ 252 milhões, para os cofres do Igeprev, entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2018.

Em abril de 2020, o TCE julgou procedente a Representação de Sperry e determinou um conjunto de medidas, para resolver o problema e recuperar o dinheiro pago irregularmente. Mas desde o início de 2019, o novo governo já vinha apertando a fiscalização no Igeprev, devido às várias denúncias que recebera antes mesmo da posse e que eram acompanhadas por Giussepp Mendes, então no comando da Auditoria Geral do Estado (AGE).